

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

Realização



Patrocínio



Apoio



Parceiros



Agência Oficial



Organização



DE FOTÓGRAFOS AMBULANTES A ACERVOS FOTOGRÁFICOS: O ACESSO ÀS FONTES DE PESQUISA NO RIO GRANDE DO SUL

Andrea Gonçalves dos Santos

andreasantos@furg.br

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Carlos Blaya Perez

carlosblaya@smail.ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o acesso e uso de acervos fotográficos de instituições arquivísticas públicas, no Estado do Rio Grande do Sul, como fonte de pesquisa. Com o surgimento dos fotógrafos ambulantes, as instituições públicas municipais adquiriram inúmeras fotografias que retratavam suas cidades, personagens e eventos. Com o passar dos anos, estes registros foram recolhidos e/ou doados às instituições encarregadas de preservar a história local. Pela importância de tais registros para o resgate de fatos e acontecimentos, a presente pesquisa investiga quais são as instituições que possuem acervos fotográficos, de que forma disponibilizam essas informações, que instrumentos de descrição utilizam, quem acessa tais acervos e o perfil dos usuários. Para isso, foram selecionadas instituições arquivísticas públicas, que possuem acervos fotográficos, localizadas nas cidades mais populosas no RS: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Santa Maria e Gravataí. Através da aplicação de um questionário, identificou-se quais as medidas adotadas pelas instituições no acondicionamento, no armazenamento, na conservação, os serviços oferecidos, no atendimento aos usuários e na difusão destas. Os dados foram analisados à luz do referencial teórico: acesso e disseminação da informação, os usuários de arquivos e fontes de pesquisa; o registro fotográfico e a pesquisa documental.

Palavras-chave: Acesso; acervos fotográficos; fontes de pesquisa; iconografia.

This research has the objective of analyzing the access and use of photographic collections of public archivist institutions in the state of Rio Grande do Sul as a research source. With the emergence of street photographers, the municipal public institutions have acquired several photographs that show their cities, personalities and events. After some years, these registries were gathered and/or given to institutions that were charged to preserve the local history. Given the importance of such records to the rescue of facts and events, this research investigates which are the institutions with photographic collections, in what way the information is provided, what description instruments are used, who accesses these informations and the profile of these users. For this, we selected public archivist institutions, which have photographic collections, located in cities with more than 260,000 inhabitants. Through a questionnaire were identified which measures are adopted by the institutions in the packing, in the storing, in the conservation, the available services in the attendance to users and in the diffusion of these activities. The data is analyzed in the light of the theoretical references: access and dissemination of information, the users of files and research sources, the photographic register and the documental research.

Keywords: access, iconography, photographic collection, research.

1 APRESENTAÇÃO

Desde a origem da fotografia, no ano de 1826, é possível o registro visual dos homens e dos acontecimentos. A câmara fotográfica produzia imagens sem a interferência direta do homem, como ocorria com o desenho e a pintura. A possibilidade da utilização de imagens tem consequências na área tecnológica e estética, fato que se traduz no discurso que acompanha tanto à máquina fotográfica como o seu produto: a fotografia.

Pelas mãos de Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833), o primeiro processo fotográfico utilizado constituiu-se na aplicação de betume de Judéia, que tinha a propriedade de se endurecer quando atingida pela luz, em uma placa de estanho. Após a exposição, de aproximadamente oito horas, na câmara escura, as partes não afetadas eram removidas com uma solução de essência de alfazema. Desta forma, Niépce conseguiu uma imagem do quintal de sua casa, que foi considerada a primeira fotografia.

Desta forma, a fotografia não é só o resultado físico-químico, onde as reações foto sensíveis registram aparências visíveis geradas pela ação dos raios de luz. Possui também um *halo* de magia, possibilitando o registro de eventos únicos. A fotografia está inserida em um determinado momento histórico e é relacionada com discursos que preconizam os benefícios que podem brindar o uso da câmara fotográfica. Implica em muito mais que a simples produção de uma imagem, ou seja, a recepção e a contemplação da imagem (ARIAS e SANTOS, 2008).

Assim, as fontes de pesquisa estão associadas à origem, à procedência, a fonte de consulta que fornece informações como testemunho direto dos fatos (correspondências, registros públicos ou privados, periódicos, etc.). Estas fontes vêm-se transformando, nas últimas décadas, em foco privilegiado de atenção por parte de pesquisadores (historiadores, sociólogos, antropólogos), traduzido por inúmeras publicações e coletâneas que disponibilizam e facilitam o acesso a fontes de investigação. Surgem, também, discussões sobre as novas tecnologias utilizadas para o registro, a organização e a preservação de documentos em bancos de dados ou para a informatização de acervos documentais visando à divulgação de informações.

O campo é amplo quando se têm por objeto as fotografias como fontes de pesquisa. O documento textual foi, até o fim do século XIX, uma fonte privilegiada de trabalhos realizados por historiadores e outros pesquisadores. Isto provocou uma aproximação cada vez maior de ciências como a História, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Arqueologia, e a busca constante pela preservação da memória da comunidade, localizada em centros de

documentação, museus, bibliotecas e arquivos.

Assim o arquivo é a “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), tendo como origem a necessidade de construir, preservar e divulgar registros como forma de preservar a memória. No trabalho com fontes de pesquisa, os arquivos oferecem instrumentos que mostram as informações e documentos do acervo de forma ordenada. É o caso das guias, dos catálogos e dos inventários, onde o material (documentos, fotografias, publicações, etc.) que compõe o acervo é fonte de consulta.

As fontes de pesquisa estão associadas à origem, à procedência, a fonte de consulta que fornece informações como testemunho direto dos fatos (correspondências, registros públicos ou privados, periódicos, etc.). Estas fontes vêm-se transformando, nas últimas décadas, em foco privilegiado de atenção por parte de pesquisadores (historiadores, sociólogos, antropólogos), traduzido por inúmeras publicações e coletâneas que disponibilizam e facilitam o acesso a fontes de investigação.

Assim, Bellotto (2004) afirma que a existência do arquivo (como instituição que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso à documentação) justifica-se pelo seu sentido patrimonial e testemunhal. Existem com a função de preservar e organizar os fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir aos seus usuários, oferecendo diversos serviços através dos diferentes profissionais que trabalham neles.

A Lei nº 8.159, que define a política nacional de arquivos públicos e privados, conceitua o arquivo público como “conjunto de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. Estabelece a ordenação da malha arquivística pública nos seguintes termos: Arquivos Federais (dentre eles o Arquivo Nacional e arquivos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federais); Arquivos Estaduais (do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário); Arquivos do Distrito Federal (do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário) e Arquivos Municipais (do Poder Executivo e do Legislativo).

Neste sentido, a implantação de arquivos na esfera pública, contribuiu para a disseminação rápida de informações, para a credibilidade na administração e na consciência de preservação do bem público e o acesso à informação pelo cidadão. Assim, as instituições arquivísticas públicas, além de reunir a documentação referente a memória do poder público, é o órgão responsável pela execução e administração da política relativa ao patrimônio

documental de cada Estado, e por meio da organização, guarda e conservação dos documentos acumulados pelo Governo.

Desta forma, Tessitore (2003, p. 11) acrescenta “para que os documentos cumpram com sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis”.

2 A DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E OS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

Os arquivos públicos existem com a função de recolher, preservar e organizar os fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir aos seus usuários. Sob o conjunto de princípios, métodos, técnicas e operações necessários ao tratamento dos acervos, garantem a continuidade da intervenção nos ciclo vital dos documentos. Desta forma, o arquivo cumpre atividades que lhe dão projeção na comunidade, através de uma das sete funções arquivísticas: a difusão. Assim, através da difusão da informação e do serviço de referência, que trata do acesso e disseminação da informação, de estudo de usuários e da pesquisa, o arquivo oferece condições de pesquisa ao usuário, aproximando-o da instituição.

2.1 Difusão da informação

As instituições arquivísticas com a função de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais que foram produzidos e/ou acumulados por instituições no desenvolvimento das suas atividades. Desta forma, também devem viabilizar o acesso ao seu acervo mostrando aos usuários seu contexto de produção e o potencial de pesquisa existente como forma de satisfazer as necessidades informacionais dos consulentes.

Assim através da difusão da informação e do serviço de referência, que trata do acesso e disseminação da informação, de estudo de usuários e da pesquisa, o arquivo oferece condições de pesquisa ao usuário, aproximando-o da instituição. Neste sentido, Bellotto (2004) apresenta a difusão sob três enfoques: o cultural, o editorial e o educativo. A difusão cultural é promovida através de palestras, debates, congressos, jornadas e reuniões, lançamentos de obras, eventos populares, comentários na imprensa, filmes, documentários, folhetos publicitários, exposição de documentos, entre outras ações.

A difusão editorial ocorre com a publicação do conteúdo do acervo, das atividades e dos programas, através da publicação de catálogos informativos, manuais, edições

comemorativas, publicações que referenciam o acervo, entre outras iniciativas. São canais de comunicação com o exterior, pois levam à comunidade e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo. Desta forma, com as publicações o arquivo pode atrair novos usuários, ser reconhecido na comunidade e contribuir para sua rentabilidade e manutenção das suas atividades.

A difusão educativa é desenvolvida com a realização de exposições a estudantes no arquivo, reprodução de documentos, visitas guiadas aos arquivos, entre outras ações devidamente planejadas. A inclusão de estudantes no acervo pode propiciar benefícios didáticos, introduzindo novos métodos e novos gêneros de material escolar. Além dos enfoques mencionados, a difusão também pode ocorrer por diferentes meios. Um exemplo foi o microfilme, utilizado para a conservação de acervos e como forte aliado para difundi-los. Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, a internet e a multimídia revelaram-se importantes ferramentas. Desta forma, Fugueras (2003) apresenta algumas vantagens obtidas no uso da Internet como forma de difusão arquivística: a disponibilização de informações arquivísticas a diferentes usuários (ao mesmo tempo a qualquer hora ou lugar), a redução de custos de publicação e a preservação dos documentos sem impedir a consulta, podendo disponibilizar peças ou conjuntos documentais digitalizados.

2.2 O acesso e a disseminação da informação

O acesso (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19) é a “possibilidade de consulta a documentos ou informações” ou ainda, uma função arquivística “destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. Significa tornar público, transparente, visível, algo antes obscuro, secreto ou simplesmente ignorado pela coletividade. Nesse sentido, o direito à informação é fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao pleno desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos (LAFER apud COSTA, 2000).

Jardim (1999) em seu texto “O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação”, explica que os processos de transferência e uso da informação envolvem diversos sujeitos informativos (em especial o profissional e o usuário da informação) sendo a satisfação das necessidades deste último uma variável fundamental na avaliação de qualquer serviço de informação. Neste sentido, o acesso à informação encontra no direito à informação a sua dimensão jurídica.

O mesmo autor também afirma que a situação dos arquivos brasileiros (especialmente dos arquivos públicos) tem sido objeto de diversos diagnósticos nas duas últimas décadas que

identificaram a progressiva corrosão da situação arquivística, os acervos acumulados, a precariedade organizacional, tecnológica e humana relacionada a este quadro e o problema da inexistência de instrumentos viabilizadores do acesso e recuperação da informação.

A disseminação da informação, ou seja, “o fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71), teve um grande impulso nos últimos anos devido ao constante avanço tecnológico e a popularização da internet, que acrescentaram novas possibilidades de usos e de espaços informacionais virtuais. Também se dá a partir do acondicionamento da documentação arquivística, os materiais utilizados, os métodos e critérios de arquivamento, a classificação adotada, a existência de instrumentos de pesquisa e os serviços de reprodução de documentos, entre outros.

2.3 Os usuários de arquivos

Se primeiramente a criação de arquivos foi devido à necessidade prática de incrementar a eficiência governamental, podemos dizer que hoje, convertem-se em uma fonte de cultura e o cuidado desta documentação é, portanto, uma obrigação pública. Atualmente, estas instituições devem enfrentar mudanças para satisfazer as crescentes necessidades informacionais dos usuários, que os procuram como fonte de pesquisa.

O usuário é a pessoa física ou jurídica que consulta arquivos e pode ser chamado de consulente, leitor ou pesquisador (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.169). Sanz Casado (1994 apud BLAYA PEREZ 2002) explica que usuário vem a ser todo e qualquer indivíduo que necessita de informações para desenvolver ou realizar as suas atividades, que vão ao encontro das necessidades diárias de informação. Desta forma, nas últimas décadas percebe-se que ao usuário tradicional (o erudito) estão juntando-se grupos de estudantes, pessoas da terceira idade, o cidadão comum, membros de associações ou entidades de classe, etc.

Garcia Belsunce (1982 apud BLAYA PEREZ 2002) apresenta três tipos de usuários que utilizam os arquivos: o usuário prático, o usuário acadêmico e o usuário popular, ainda acrescentado o usuário artístico e o uso editorial. O usuário prático busca nos arquivos uma informação que sirva, com o propósito imediato de fazer alguma coisa ou tomar uma decisão. O usuário acadêmico identifica-se com o uso teórico dos arquivos, busca e seleciona dados para a elaboração intelectual que vale por si mesma. O usuário popular é o homem comum que oferece uma gama mais ampla, indiscriminada e menos específica de inquietudes e necessidades. Por sua vez, o usuário artístico (poeta, pintor) procura informações sobre o tema

de sua criação. Por último, o uso editorial, no caso de séries ou relações documentais ou gráficas é a criação de um produto, um documento secundário, ou seja, informação impressa.

Para Pugh (1992 apud BLAYA PEREZ 2002) existem dois grupos de usuários, um deles formado pelas pessoas que trabalham com os arquivos, o outro, composto pelos usuários que recorrem ao arquivo como atividade recreativa ou cultural. No primeiro grupo podem ser identificados, por sua vez, cinco tipos diferentes: o grupo de pessoas que trabalha na instituição produtora do arquivo, pessoal que integra a administração e doadores dos arquivos; os arquivistas e o pessoal que trabalha no arquivo; os profissionais (advogados, engenheiros, arquitetos, fotógrafos, etc.); os universitários (dentre os quais se encontram os historiadores) e os professores e estudantes. No segundo grupo os mais assíduos são os genealogistas e os historiadores amadores.

Para Sanz Casado (1994 apud BLAYA PEREZ 2002) a atitude do usuário frente à informação provocou a divisão destes, em dois grupos: o usuário real e o usuário potencial. Assim, o usuário potencial é aquele que necessita da informação para o desenvolvimento de suas atividades, porém ao não ter consciência disto, não expressa suas necessidades. O usuário real é aquele que não só é consciente da necessidade de informação como também a utiliza frequentemente.

Por sua vez, Xavier Tarraubella I Mirabet, no texto “Els arxius i els seus usuaris” estabelece dois grupos de usuários: os usuários internos e os usuários externos. Dentro deste último grupo podemos citar o investigador profissional, investigador aficionado, estudantes e cidadão comum. O usuário interno refere-se à organização ou instituição que gerou a documentação. Caracteriza-se por demandar do arquivo para o cumprimento da totalidade das funções básicas que lhe são designadas: organizar, recolher, conservar e difundir.

Dentro do grupo dos usuários externos, o investigador profissional possui formação universitária, geralmente conhece a organização e o funcionamento dos arquivos, está familiarizado com o ambiente e a utilização dos sistemas de classificação e dos instrumentos de pesquisa. O investigador aficionado possui diferentes níveis de formação, a maioria realiza pesquisa sobre genealogia ou sobre a história local. Solicitam informações muito específicas referentes a dados concretos o que exige uma atenção especial por parte do arquivista.

Os estudantes dividem-se entre universitários e não universitários e são motivados a entrar no arquivo para realizar trabalhos solicitados pelos professores. Caracteriza-se pela sua carência de preparação para as técnicas e metodologias de pesquisa, a falta de paciência e a inconstância na procura por informação e utilização de documentos (devido ao pouco tempo dedicado à realização do trabalho). O cidadão comum utiliza o acervo arquivístico para

consultas esporádicas ou de caráter administrativo. Não conhece o sistema de organização e funcionamento dos arquivos nem está acostumado com a utilização de instrumentos de pesquisa. Geralmente, obtém maior grau de satisfação, valorizando de uma forma mais positiva o serviço do arquivo e o trabalho do arquivista.

Blaya Perez (2002) explica que os arquivistas devem estar atentos aos usuários reais, potenciais e virtuais. Desta forma, o usuário real é aquele que já utiliza dos serviços oferecidos pelos arquivos e sabe como proceder para satisfazer suas necessidades de informação, pois conhece a forma de acessá-la. O usuário potencial não utiliza os serviços oferecidos pelos arquivos por diversos motivos (pode ignorar os serviços e informações disponíveis, pode estar se utilizando de outras fontes de informação ou pode “não se julgar com direito a estes serviços” por desconhecer seus direitos de cidadão). Finalmente, o usuário virtual, que realiza suas consultas de forma não presencial, ou seja, utiliza instrumentos como internet, fax, telefone ou carta.

3 ICONOGRAFIA

Com informações extraídas através do *site* “A fotografia em Barcelona” pode-se dizer que, em 1826, após várias tentativas, Niépce obtém uma imagem do quintal da sua casa, utilizando uma placa de estanho coberta com betume branco da Judéia, e retirando o betume não sensibilizado com solução de essência de alfazema. Em 1829, Niépce substitui as placas de metal revestidas de prata por estanho, escurecendo as sombras com vapor de iodo. Este processo foi detalhado no contrato de sociedade com Louis Jacques Mandé Daguerre, que com estas informações pode descobrir em 1831 a sensibilidade da prata ionizada à luz. Niépce morre em 1833 deixando sua obra nas mãos de seu sócio e de seu filho.

Seis anos mais tarde, em 1839, Daguerre vende sua invenção ao governo francês, uma imagem fixa pela ação direta da luz, chamada de daguerreótipo. Esta invenção chegou ao Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, no dia 17 de janeiro de 1840, trazido pelo Abade Louis Compte. Desde o dia que Compte registrou as primeiras imagens da cidade, que foram doadas a Dom Pedro II, este se interessou profundamente pela fotografia, sendo o primeiro fotógrafo brasileiro quen na época contava com menos de 15 anos de idade. Tornou-se praticante, colecionador e protetor da nova arte. Trouxe os melhores fotógrafos da Europa, patrocinou grandes exposições, promoveu e difundiu esta técnica no país. Paradoxalmente, foi oito anos antes, em 1833, que Hércules Romuald Florence, desenhista francês, radicado no Brasil, descobre a fotografia no interior do Estado de São Paulo, na antiga Vila de São Carlos,

atual Campinas. Definida por ele de “*photographie*” obtinha a impressão de diplomas maçônicos, rótulos de medicamentos, bem como alguns aspectos da vila onde residia.

Nessa época, os retratistas estão concentrados no Rio de Janeiro, capital do Império. Apesar do valor elevado do daguerreótipo, retrato único acondicionado em sofisticados estojos de madeiras nobres revestidas de veludo com molduras douradas, os fotógrafos itinerantes iam em busca de mercado nos mais diversos lugares do país. Muitas vezes exercendo outro ofício (fotógrafos-dentistas, fotógrafos ourives, relojoeiros ou cabeleireiros), registraram imagens do indivíduo, seu grupo familiar, seus costumes, seu vestuário, seus ritos de passagem, fatos e acontecimentos. Era comum fotografar os mortos, muitas vezes, as únicas imagens dessas pessoas. Já em 1850, a daguerreotipia cai em desuso e o retrato se populariza com outros processos como o ambrótipo (processo que empregava negativos de vidro de colódio úmido, montados sobre fundo negro) e o ferrótipo (derivação de colódio úmido utilizando uma fina plaqueta de ferro esmaltada com laca preta ou marrom).

Assim, seguindo a evolução na fixação das imagens, os *cartes-de-visite* (fotografia sobre papel albuminado colada sobre um cartão-suporte) começam a popularizar-se, sendo oferecidos como sinal de afeto a amigos e parentes. Os fotógrafos eternizavam a imagem de pessoas e famílias nos mais diversos cenários.

No Estado do Rio Grande do Sul, um dos mais antigos estabelecimentos fotográficos a “*Photographia Ferrari*”, foi fundada em 1883. Neste sentido, o atelier foi “o pioneiro na documentação fotográfica do interior do Estado, encarregado pelo Governo Federal, de registrar cidades, monumentos, edifícios públicos, fábricas e vistas de zonas de colonização alemã e italiana” (SCHILLING, 2005, p.22). Este tipo de iniciativas colaborou com a introdução dos registros fotográficos nos acervos dos municípios.

3.1 A interpretação e descrição do registro fotográfico

A história faz-se, sem dúvidas, com documentos escritos. Mas também pode fazer-se com uma variedade de objetos antes ignorados: o amor, a criança, a esperança, o filme, a fotografia... Neste novo contexto, as instituições arquivísticas diversificam suas reservas documentais e contribuindo com a escrita da história. Assim, Miguel (1993) explica que foi a partir da década de 1980, que as ciências sociais e históricas, demonstraram uma disposição de usar a fotografia como uma fonte histórica válida para a reconstrução do passado. Ao ganhar *status*, a multimídia passou a ter um papel relevante nos processos de informação, preservação e divulgação de imagens. Neste sentido, na interpretação das imagens interessam

as seriações, pois o retrato isolado não permite captar ambiguidade do objeto-imagem e o seu sentido, enquanto documentação histórica. Assim as sequencias de outras imagens permitem ao observador captar as articulações entre as diferentes cenas da vida. Possibilita também, a articulação com outros textos, orais ou escritos, capazes de desdobrar as conotações da fotografia.

Sendo um registro do real, também pode sofrer interferências, seja no momento da escolha estética, técnica ou ideológica da reprodução da imagem (na sua composição). A fotografia pode ser retocada ou alterada; pode ser usada para induzir uma ideia, uma posição do público; o fotógrafo pode "arrumar a cena", antes de fotografá-la, e; teria motivos (implícitos e explícitos) para a escolha da composição. Mesmo fazendo uma análise crítica da imagem, a interpretação será sempre pessoal, subjetiva e múltipla, não podendo dizer que a imagem será lida da mesma forma por todas as pessoas (BURKE, 2001 apud FREUND [s/d] p.02). Miguel (1993) e Leite (1993) salientam a importância da descrição fotográfica. Na interpretação da imagem, Miguel (1993) explica que o conhecimento das técnicas fotográficas permite localizar no tempo uma fotografia sem data ou local, juntamente com suas características externas (o tamanho, o tipo, o fotógrafo e a publicação). Para identificar o contexto em que foram produzidas, além da data e o local, outras informações são observadas e tomadas em conta no suporte: os nomes de ruas, inscrições de cartazes, nomes de lojas e o conteúdo. Desta forma, é necessária também a utilização da bibliografia especializada, publicações que contenham ilustrações, periódicos de época e catálogo de exposições.

Por sua vez, Leite (1993) descreve três momentos para a análise de representações fotográficas. O primeiro, realizada através do estudo do contexto em que foram produzidas as imagens. São levantadas as características da coleção (tamanho, tipo, amplitude, data, local, fotógrafo, publicação, instituição de conservação, forma de entrada na coleção) para se passar então à análise interna das fotografias que compõem o corpus documental. No segundo momento, procura-se o conteúdo através da forma de acordo com as intenções do produtor, do conservador ou do colecionador. E finalmente, tenta-se construir séries ou sequencias de fotografias de acordo com o problema estudado, com local ou data. Sendo preciso que, antes de serem inseridas em novos contextos, e arquivadas com fotografias de outras origens, as fotografias passem por uma triagem temática que as classifique. Só então será possível responder por que diferentes tipos de fotografias constituem diferentes tarefas e problemas para quem a deseja “decifrar”.

Uma boa descrição é a chave para toda coleção: faz o registro visível e acessível para o pesquisador, para o catalogador e para visitantes ocasionais. Desta forma, descrever uma

fotografia é enumerar as suas características, suas qualidades, seu conteúdo e condição física, sendo necessária a utilização de normas de descrição e de linguagem controlada. Kossoy (2002, p. 29) explica a relevância de tratar estes registros desde o momento em que passam a integrar as coleções, pois “à medida que esta se distancia da época em que foi produzida, mais difíceis as possibilidades de suas informações visuais serem resgatadas, e portanto, menos úteis serão ao conhecimento”.

Durante muito tempo, o trabalho de descrição fotográfica foi desenvolvido sem o apoio de normas orientadoras, existindo sim de forma genérica para descrição a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - Isad(G), mas não específicas para fotografias. Foi assim que em 1999, o projeto para o Arquivo Visual Europeu (EVA), realizou um estudo visando à preservação e digitalização das coleções fotográficas européias, onde identificou a existência de uma grande diversidade de tipos descritivos. Posteriormente, um grupo de trabalho para a catalogação e modelos descritivos da Sepia (*Safeguarding European Photographic Images for Access*), produziu um relatório chamado de SEPIADES, com recomendações específicas para a descrição de fotografias (baseado na experiência de diferentes instituições).

4 ACERVOS FOTOGRÁFICOS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Estado do Rio Grande do Sul possui 10.582.840 habitantes distribuídos em 496 municípios. Num primeiro momento, para amostra do estudo em questão, foram escolhidas as cidades de médio (100 e 500 mil habitantes) e grande porte (mais de 500 mil habitantes). Devido ao extenso número de cidades envolvidas, por sua vez, foram selecionadas dentre estas, as que possuem mais de 260.000 habitantes. As informações utilizadas foram extraídas do relatório da contagem populacional do ano de 2007, com base no último censo demográfico. Tendo como base o último levantamento de referência, o censo do ano de 2000, foram utilizadas as informações atualizadas de estimativas de população.

Através deste relatório identificam-se seis municípios que possuem mais de 260.000 (duzentos e sessenta mil) habitantes: Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, Santa Maria e Gravataí. Através da pesquisa na internet, pode-se identificar nove instituições arquivísticas públicas ou detentoras de documentação pública nas cidades escolhidas. Logo, encontrou-se na cidade de Porto Alegre o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

(APERS), o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Em Caxias do Sul, o Museu e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami; em Pelotas, a Bibliotheca Pública Pelotense. Na cidade de Canoas o Arquivo Público Municipal Dr. Sezefredo Azambuja Vieira; em Santa Maria, o Arquivo Histórico Municipal da cidade e finalmente em Gravataí, o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca.

Em Porto Alegre, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS possui um constituído por aproximadamente 18 milhões de documentos referentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Registro Civil e Tabelionatos (com documentação que compreende o período de 1763 a 2002). O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul conta com um acervo remonta aos primeiros anos de ocupação efetiva do solo rio-grandense pela Coroa Portuguesa. Finalmente, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, reúne, preserva e divulga cerca de um milhão de documentos sobre a cidade. Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação da cidade, jornais, revistas, relatórios, projetos, mapas, plantas e correspondências que mostram a política das administrações municipais.

Além das instituições citadas, existe também o Museu de Porto Alegre, criado em 1979, possui obras de referência sobre a história do município, assim como a fototeca Sioma Breitman. Esta fototeca abriga importantes registros fotográficos de profissionais da cidade a partir do século XIX. Recebeu a doação das coleções da Dra. Eva M. J. Diehl-Bastide Schmid (onde são retratados os primórdios da imigração alemã no Rio Grande do Sul, incluindo cenas cotidianas de meados do século XIX) e da condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro, com fotografias inéditas, tiradas na capital gaúcha na década de 1930. A instituição possui cerca de 40 mil fotos e cerca de 6 mil podem ser consultados através do computador pelos usuários pelo auto-atendimento.

Na cidade de Caxias do Sul, o Museu e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami possui um acervo composto por documentação de origem pública, particular, depoimentos, livros, jornais, boletins e informativos e mais de 200 mil documentos fotográficos. Este acervo fotográfico, oriundo de compra e doações de particulares, possui mais de 250 mil imagens (entre imagens em positivo e em negativo), que priorizam como tema a cidade e a imigração italiana. Em Pelotas, a Bibliotheca Pública Pelotense (sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos) custodia a documentação permanente do município. No seu acervo podemos encontrar documentos pessoais, álbuns, recortes de jornais, poemas, escrituras de vendas, cartas de sesmarias, marcação de terras e registros de

propriedades, dentre outros documentos. Possui um acervo fotográfico com aproximadamente 400 registros, sendo papel, negativos, slides, daguerreótipos, ambrótipos e ferrótipos.

Na cidade de Canoas o Arquivo Público Municipal Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, possui fototeca (com 8 mil registros aproximadamente), hemeroteca, mapoteca, documentos e objetos, além de conservar e guardar a documentação histórica do município. Em Santa Maria, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria mantém sob sua guarda os fundos Câmara Municipal, Junta Intendencial, Intendência e Prefeitura Municipal, como também coleções de diversos jornais e um acervo fotográfico com mais de 3 mil imagens, entre fotografias e negativos. Finalmente em Gravataí, encontra-se o Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca que funciona junto ao Museu Municipal Agostinho Martha. Seu acervo conta a história colonial do Vale do Gravataí. Possui um acervo fotográfico com um mil imagens aproximadamente, distribuídos entre cópias em papel, negativos e slides.

Após uma nova análise, foram somente escolhidas as instituições arquivísticas públicas que possuem acervos fotográficos. Desta forma, foram desconsideradas quatro instituições: a primeira, por não ser uma instituição de arquivo nem pública, como é o caso da Bibliotheca Pública de Pelotense. A segunda, o Museu de Porto Alegre (onde se encontra a fototeca Sioma Breitman), por não ser instituição arquivística e finalmente o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS e o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, devido a que ambos não possuem acervos fotográficos.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Através da aplicação dos questionários podemos observar que das cinco instituições pesquisadas, quatro são da esfera municipal (80%) e uma é estadual, ocupando as regiões central, metropolitana e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Com respeito ao horário de funcionamento podemos observar que a maioria das instituições atende ao público de segunda à sexta-feira (80%) e uma abre de terça à sexta-feira (20%). Porém nenhuma delas informou estender seu horário aos sábados, por exemplo, para atender ao público pesquisador ou, ainda, abrir em dias alternativos mediante agendamento.

Com relação aos serviços prestados, todas as instituições pesquisadas possuem endereço eletrônico (*e-mail*), duas instituições (40%) afirmam possuir informações em *sites* de busca (Aonde.com Cadê?, Farejador, Google, Yahoo!, etc.), porém nenhuma possui página na Internet. Com isto observa-se que, apesar do avanço tecnológico, muitas instituições ainda hoje não usufruem deste tipo de recurso.

Ao perguntar se, a instituição possui instrumentos de pesquisa, todas responderam afirmativamente. Desta forma, podemos dizer que quatro (80%) das instituições possuem inventário, quatro (80%) possuem guia e três (60%) possuem catálogo. Além disso, duas instituições afirmam utilizar o banco de dados (40%) e uma utiliza microfilme (20%). Com relação à disponibilização de serviço de reprodução de documentos, somente três instituições (60%) oferecem este serviço aos pesquisadores. Desta forma, duas instituições (40%) oferecem a reprodução do documento através da digitalização e uma especialmente faz reprodução de projetos arquitetônicos (20%).

Conforme o levantamento das informações contidas nos questionários, quatro instituições (80%) denominam seu acervo como acervo fotográfico e um como fototeca (20%). Com respeito ao tema dos registros fotográficos, as informações coletadas indicam que a totalidade dos acervos prioriza temas sobre a cidade. Neste sentido, existe uma instituição (20%) que, além da cidade, prioriza o tema pessoas e outra que prioriza o tema imigração italiana (20%). Com respeito à quantidade de registros fotográficos, as informações coletadas indicam que uma instituição (20%) possui até mil fotografias, uma (20%) até cinco mil, uma (20%) até dez mil, uma (20%) mais de dez mil fotografias e ainda, existe uma instituição que afirma não ter calculado seu acervo (20%). Com respeito ao suporte, todas as instituições possuem fotografias em papel, quatro instituições (80%) além de papel possuem negativos e três instituições (60%) possuem além de papel e negativos, também slides. Com respeito à origem e/ou entrada dos registros no acervo, podemos dizer que em quatro instituições (80%) foi por doação. Desta forma também ingressam no acervo mediante recolhimento, coleção ou incorporação de outros órgãos (40%), por compra (20%) e através da contratação de fotógrafos profissionais (20%).

Através do questionário, foram realizadas perguntas para conhecer os critérios e métodos de classificação adotados pela instituição para seus registros fotográficos. Dentre as perguntas podemos citar: a existência de método ou critério de classificação, a utilização de campos para a descrição de fotografias, a existência de instrumentos de pesquisa e como é o acesso aos registros. Com respeito à adoção de algum método ou critério de arquivamento, três instituições (60%) adotam um método único, o restante (40%) adota dois métodos que se complementam (por assunto e cronológico). Desta forma, 40% das instituições classificam seus registros fotográficos por assunto e cronológico, 40% adotam o numérico (seja pelo número simples ou pelo tombamento) e 20% utiliza o nome da coleção.

Ao perguntar se as instituições utilizam algum método de catalogação/descrição de imagens, as respostas são muito diversas, uma instituição (20%) informou que utiliza o

suporte e conteúdo, uma (20%) utiliza o método numérico, uma instituição (20%) não informou o método adotado e ainda, duas instituições (40%) informaram que não adotam métodos de catalogação/descrição. Com respeito à descrição fotográfica, foi perguntado se utilizavam algum dos campos seguintes para descrição: “código de documento”; “autoria”; “título ou legenda”; “local em que foi tomada a foto”; “data em que foi tomada a foto”; “notas”; “descrição física do documento” (tipo, cromia, dimensões, etc.); “identificação das pessoas e objetos” e “outro”; (de escolha livre). Desta forma, a totalidade das instituições utiliza os campos “título ou legenda” e “data em que foi tomada a foto”; quatro instituições (80%) utilizam os campos “código de documento”, “local em que foi tomada a foto” e “identificação das pessoas e objetos”; três instituições (60%) utilizam o campo “autoria” e “notas”, duas (40%) utilizam o campo “descrição física do documento” e uma (20%) utiliza o campo “dados do doador”.

Com respeito à existência de instrumentos de pesquisa específicos do acervo fotográfico, quatro instituições (80%) possuem algum tipo de instrumento de pesquisa e uma instituição (20%) está elaborando um atualmente. Desta forma, três instituições (60%) possuem banco de dados, duas instituições (40%) adotam listagens e uma instituição (20%) elaborou um inventário. Ao perguntar às instituições se dão acesso aos originais ou as fotografias encontram-se digitalizadas, quatro instituições (80%) dão acesso aos originais, três instituições (60%) possuem suas fotografias digitalizadas e uma instituição (20%) dá acesso ao seu banco de dados.

Com respeito à conservação e acondicionamento do material fotográfico, foram realizadas perguntas referentes à existência no local de controle de temperatura, umidade, luminosidade e/ou combate a incêndio, o acondicionamento das fotografias, a utilização de materiais específicos para conservação e o mobiliário utilizado pelas instituições. Desta forma, ao perguntar se o local onde se encontra o acervo fotográfico conta com o controle de temperatura, de umidade, de luminosidade e/ou de combate à incêndio, três instituições (60%) afirmaram possuir controle de combate a incêndio, três (60%) possuem controle de temperatura, duas (40%) possuem controle de umidade e uma (20%) de luminosidade. Com respeito ao acondicionamento do material fotográfico, a totalidade dos registros está localizada em pastas e em envelopes, três instituições (60%) utilizam caixas e três (60%) instituições utilizam álbuns.

Com respeito à utilização de materiais específicos para a conservação do acervo fotográfico, somente três instituições do total, as utilizam. Dentre elas, uma instituição (20%) utiliza papel com Ph neutro, uma (20%), envoltórios de poliéster, polietileno, etc. e outra

(20%) utiliza ambas. Quanto ao mobiliário utilizado para o acervo fotográfico, percebe-se que todas as instituições preferem mobiliários de aço, sejam arquivos, armários ou estantes. Existe uma instituição (20%) que utiliza além de mobiliário de aço, mobiliário confeccionado em madeira e uma instituição (20%) possui um sistema de arquivo deslizante.

Na última parte do questionário foi perguntado às instituições se realizam ou realizaram algum estudo de usuário, há quanto tempo, o perfil de seus usuários e qual categoria pesquisa com maior frequência no local. Dentre as instituições pesquisadas que possuem acervos fotográficos, somente três (60%) realiza ou realizou estudo de usuário. Desta forma, ao perguntar há quanto tempo era realizado estudo de usuário, as instituições apontam períodos bem diferenciados: uma instituição respondeu desde sempre (31 anos aprox.), uma há 19 anos e outra respondeu que está em fase de elaboração do estudo.

Com respeito aos tipos de usuários que o acervo possui, todas as instituições conseguiram identificá-los como estudantes e historiadores (100%); seguidos por professores, arquitetos e comunicólogos (podendo ser das áreas de Publicidade e Propaganda, Jornalismo ou Relações Públicas) e cidadãos comuns numa porcentagem de 80%. Diante da pergunta de qual das categorias de usuários citadas anteriormente pesquisam com maior frequência no acervo fotográfico, todas as instituições apontam para estudantes, seguidos de historiadores (80%), professores (40%) e comunicólogos (20%).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender como é o acesso às fontes de pesquisa nos acervos fotográficos de instituições responsáveis pelo tratamento e guarda de acervos arquivísticos no Estado do Rio Grande do Sul. Através da identificação dos serviços que são oferecidos ao público e as características dos acervos citados. Pretendeu-se mostrar quais são as ferramentas utilizadas, o material empregado e as medidas adotadas pelas instituições com seus registros fotográficos.

Considerando a relevância das atividades arquivísticas nos acervos fotográficos, as instituições são cientes da necessidade de gerir a informação adequadamente. As atividades de organização, conservação, disponibilização, difusão, recuperação e acesso devem refletir nas ações por eles desenvolvidas, como responsáveis do patrimônio da comunidade. Desta forma, este trabalho serviu para mostrar qualitativamente as pessoas que vão aos acervos para pesquisar. Assim como sugerir ações com o objetivo de oferecer mais serviços visando à satisfação total do usuário.

Com a revisão dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários, verificaram-se algumas divergências com o proposto neste trabalho. Um destes aspectos refere-se à precariedade na metodologia utilizada de descrição fotográfica, campos e informações insuficientes para a compreensão do seu contexto orgânico. Pois, mesmo considerada como a própria “memória cristalizada”, a imagem pouco ou nada informará àqueles que nada sabem sobre ela, sua organicidade e seu valor como fonte histórica. Acredita-se que a adoção de normas de descrição, como no caso do SEPIADES, colaborará na padronização destes registros. Isto contribuirá tanto no compartilhamento de informações com outras instituições, como na produção intelectual e sua crescente comunidade científica e acadêmica. Neste sentido, sugerem-se modificações quanto aos dias de atendimento presencial nas instituições, sendo a abertura aos sábados (para pesquisadores de fora da cidade, podendo ser por agendamento ou em sistema de rodízio) ou ainda, estendendo seu horário de segunda à sexta-feira (em dias pré-determinados ou mediante agendamento).

Outro aspecto, como foi visto anteriormente, é o estado de conservação do material, suas condições de guarda e de acesso. Este trabalho colabora na atividade de coleta e organização de fontes e são complementadas com a descrição dos documentos. Devido ao interesse crescente que este tipo de documentação tem despertado, as instituições cada vez mais devem aprofundar-se em técnicas de conservação e políticas de acesso como forma de satisfazer as necessidades informacionais dos seus usuários. Desta forma, percebeu-se que as instituições não controlam as áreas de armazenamento do acervo.

Outro aspecto é o acesso, disseminação e difusão da informação, como finalidade do arquivo, tão necessária nos tempos atuais. Para isto, a utilização de ferramentas telemáticas, como no caso a Internet, será muito benéfica. Sugere-se a criação de portais ou páginas, com disponibilização do acervo (parcial ou total) e das ferramentas *on-line*, a elaboração de bancos de dados e ferramentas utilizando softwares livres, como a que disponibiliza a UNESCO, em formato WinISIS. Finalmente, percebeu-se que, só 60% das instituições pesquisadas realiza estudo de usuários. Sem dúvidas, sua elaboração poderia influenciar na qualidade dos serviços prestados como forma de elaborar instrumentos mais específicos para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários. Assim como para estabelecer prioridades de ação, avaliar ferramentas e/ou criar novas estratégias para a instituição.

Acredita-se na contribuição da Arquivologia, sua metodologia, seus procedimentos que envolvem os desdobramentos da função arquivística de fundamental relevância na elaboração deste trabalho. O entendimento do documento como fonte histórica, representa um meio de conhecimento do passado, portanto, uma possibilidade de resgate da memória do

indivíduo e/ou sociedade e seu entorno sociocultural. Sua metodologia promove o tratamento e o acesso à informação, ao garantir a integridade do acervo, o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo e a recuperação da informação, dando ênfase ao trabalho de caráter científico do arquivista. Aliado ao conhecimento dos procedimentos que envolvem seus desdobramentos (classificação, avaliação e descrição), a utilização de métodos e normas adotados pelas instituições. Desta forma, acredita-se na relevância do acesso à informação como forma de preservação e difusão da memória da comunidade e conseqüente, fonte de conhecimento.

REFERÊNCIAS

A FOTOGRAFIA EM BARCELONA (RN – BRASIL). Disponível em: <http://www.barcelona.educ.ufrn.br/fotografia.htm> Acesso em 24 de mar de 2009.

ARIAS, Vivian Irene; SANTOS, Andrea Gonçalves dos. **Antropologia, archivo e imagen**: la representación fotográfica de los pueblos indígenas del Noroeste Argentino. (Trabalho apresentado no Seminário “Quando o campo é o Arquivo”). FGV: Rio de Janeiro, 2008.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. APERS. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php> Acesso em 6 de mar de 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BLAYA PEREZ, Carlos. **Os diferentes tipos de usuários de arquivos**. In: Caderno de Arquivologia. Santa Maria: UFSM, 2002. p. 66-86.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 03 mar. 2009.

COSTA, Celia. **O Arquivo Público do Império**: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/19.pdf> Acesso em 03 de

mar. 2010.

FREUND, Gisele. **A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa:** imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do serviço de assistência ao menor – SAM (1959-1961) Tania Muller. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-1796 Acesso em 30 de jul. de 2007.

FUGUERAS, Ramon A. Et all. **Archivos y cultura:** manual de dinamización. TERA, S. L. Asturias, ES, 2001

IGBE. **População recenseada e estimada, segundo os municípios** – Rio Grande do Sul – 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_23.pdf Acesso em 20 de fev de 2009.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil:** problemas de acessibilidade e disseminação. 1999. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_ acesso_informao_arquivistica_no_brasil.pdf Acesso em 12 mai de 2010.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família.** 3º ed. São Paulo. EdUSP: 1993. Coleção Texto e Arte v. 9.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerutti. **A fotografia como documento:** uma instigação à leitura. Acervo, Rio de Janeiro: 1993, v.6

SCHILLING, Getulio. **A arte fotográfica e teatro em Santa Maria.** Santa Maria: Palloti, 2005.

TARRUBELLA I MIRABET, Xavier. **Els arxius i els seus usuaris,** Lligall. In: Revista catalana d'arxivística, 12 (1998). P. 91-112

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como fazer, 09)